

PAISAGEM, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: CONSCIENTIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA HISTÓRIA INDÍGENA E NEGRA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ANT SERRA DO VOTURUNA

**LANDSCAPE, HERITAGE AND MEMORY: AWARENESS AND RECOGNITION
OF INDIGENOUS AND BLACK HISTORY AS AN INSTRUMENT OF PRESERVATION
AND CONSERVATION OF THE ANT SERRA DO VOTURUNA**

**PAISAJE, PATRIMONIO Y MEMORIA: SENSIBILIZACIÓN Y RECONOCIMIENTO
DE LA HISTORIA INDÍGENA Y NEGRA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVACIÓN
Y CONSERVACIÓN DE LA ANT SERRA DO VOTURUNA**

Weber Rodrigo de Carvalho¹

Natalia Rodrigues Gomes²

Lucia Gabrieli Steves³

RESUMO: O artigo apresenta memórias indígenas e negras do Patrimônio Natural Serra do Voturuna na cidade de Santana de Parnaíba. O município possui um acervo de diferentes patrimônios, alguns deles analisados neste estudo: o patrimônio material com o centro histórico e capelas; o imaterial com o Samba Rural Paulista; e o natural que conecta a história deles, a Serra do Voturuna. Ao retomarmos memórias indígenas e negras da vila colonial analisamos a paisagem da Serra, o território pelo estudo da toponímia ibituruna/bituruna/voturuna e o lugar como parte do processo de formação da Vila de Parnaíba.

Palavras-chave: Toponímia. Território. Paisagem. Patrimônio. Lugar.

ABSTRACT: The article presents indigenous and black memories in Serra do Voturuna's Natural Heritage in the city of Santana de Parnaíba. The municipality has a collection of different heritages, some of them analyzed in this study: the material heritage with the historical center and chapels; the immaterial heritage with Samba Rural Paulista; and the natural heritage that connects their history, Serra do Voturuna. By resuming indigenous

1 Graduando em Lic./Bach. em Geografia UNESP, Ourinhos; Membro do Laboratório de Geografia Humana – LAGHU e Patrimônios-CEDOM em UNESP Ourinhos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2934-3352>. E-mail: weber.carvalho@unesp.br

2 Graduanda em Lic./Bach. em Geografia UNESP, Ourinhos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4531-9264>. E-mail: n.gomes@unesp.br

3 Graduanda em Lic./Bach. em Geografia UNESP, Ourinhos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4903-5197>. E-mail: lucia.steves@unesp.br

Artigo recebido em setembro de 2022 e aceito para publicação em novembro de 2022.

and black memories of the colonial village we analyze the landscape of the Serra, the territory by the study of the toponymy ibituruna/bituruna/voturuna and the place as part of the formation process in the Parnaíba's Village.

Keywords: Toponymy. Territory. Landscape. Patrimony. Place.

RESUMEN: El artículo presenta memorias indígenas y negras del Patrimonio Natural Sierra del Voturuna en la ciudad de Santana de Parnaíba. El área posee un acervo de patrimonios, algunos de los cuales son analizados en este estudio: el patrimonio material, con el centro histórico y capillas; el inmaterial, con las fiestas religiosas y el Samba Rural Paulista; y el natural, que conecta la historia de éstos, la Sierra del Voturuna. Al retomar memorias indígenas y negras de la villa colonial partimos analizando el paisaje de la Sierra, el territorio por el análisis de la toponimia ibituruna/bituruna/voturuna y el lugar como parte del proceso de formación de la Villa de Parnaíba.

Palabras clave: Toponimia. Territorio. Paisaje. Patrimonio. Lugar.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte dos estudos sobre os patrimônios materiais/imateriais e naturais da cidade de Santana de Parnaíba, realizado inicialmente pelo Ponto de Cultura Movimento de Dramaturgia Rural. A pesquisa se inicia de forma empírica e acontece por meio do fazer teatral e da narrativa popular, através das práticas do Movimento de Dramaturgia Rural foi possível criar um acervo de contos, poemas e fábulas sobre o período colonial da Vila de Parnaíba.

A técnica teatral da Dramaturgia Rural surge dentro de um movimento cultural na cidade que teve no Instituto Sufrutoverdeus o início de muitos grupos que passaram a adotar os patrimônios da cidade como fonte de suas produções artísticas. Do Samba Rural Paulista como patrimônio imaterial ao Centro Histórico e suas Capelas Rurais formando um grande conjunto de patrimônios.

O movimento é destaque na pesquisa da cultura popular do Estado de São Paulo sendo reconhecido em 2017 como Ponto de Cultura dada referência aos estudos de patrimônios e a produção de arte contemporânea.

Em 2017 com o ingresso de parte do grupo na UNESP Campus de Ourinhos surgiu a possibilidade de um olhar Geográfico a toda jornada política e artística, é desse contexto que surge este estudo. Se por meio da arte teatral contamos histórias de pessoas, somando a ciência geográfica podemos também contar a história de lugares, territórios e suas paisagens.

Dessa forma parte desses estudos procurou compreender a Toponímia indígena presente na maioria dos patrimônios de Santana de Parnaíba como ponto de partida em todo levantamento e análise de mapas e bibliografia histórica sobre o tema.

Analisando o período colonial e toda interiorização dos bandeirantes com seus apressamentos e comércios de indígenas escravizados nas fazendas de colonos Parnaibanos.

São essas migrações forçadas que darão origem ao município de Santana de Parnaíba como consta no levantamento bibliografia e nos documentos de tombamentos e registros patrimoniais do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Junto a todo esse levantamento bibliográfico e análise da toponímia foram realizadas entrevistas com os moradores em torno da Serra do Voturuna, buscando com isso, compreender o papel do morador com a salvaguarda do patrimônio natural e o seu pertencimento com o lugar.

Na pesquisa objetivamos identificar e explicitar por meio da paisagem da ANT Serra do Voturuna a história indígena e negra na Memória e nos Patrimônios de Santana de Parnaíba como um instrumento da preservação do Patrimônio Natural.

A TOPONÍMIA E O TERRITÓRIO DOS IBITURUNA/BITURUNA/VOTURUNA

O estudo da toponímia da do Patrimônio Natural Serra do Voturuna apresenta a historiografia indígena e negra onde a paisagem da Serra é testemunha na forma de patrimônio dessa história. Apresentamos neste artigo, histórias indígenas e negras no patrimônio material/imaterial e natural do Município de Santana de Parnaíba.

A toponímia Ibituruna/Bituruna é antiga e está presente na cartografia Jesuítica sendo utilizada para nomear um grupo indígena que vivia na região de Foz do Iguaçu, os Ibiturunas.

Em carta ao papa Clemente VI (Arquivo Segreto Vaticano) Ora, os povos guaranis Karai-yo e Ibituruna estavam espalhados e sedentários, entre Meiembipe (Hoje, Santa Catarina) e os Certoens de Cataguaz (hoje, Minas Gerais) para pelos certõens a oeste de Piratininga e, ainda a norte e acima da Foz do Ryo Siará (hoje Fortaleza), i.e., de Koty a Koty, de Caucaia a Caucaia e de Ibituruna a Ibituruna..., sendo o povo Ibituruna um ramal do tronco M'byã a configurar como guardião do Piabiyu, o (SEU) caminho ancestral e continental que virou estrada geral para os colonos. (BARCELOS, 2018, p.6)

Segundo a “mitologia tupi” (SALGADO, 1934), os Ibiturunas/Biturunas vieram das montanhas dos Andes e migraram para a região que compreende o Rio da Prata, Paraná, até o litoral catarinense. Este grupo, diferente dos Guaranis, teciam relações com os jesuítas e incorporavam os modelos de aldeamentos das missões do Guaíra em suas práticas, aos poucos os Jesuítas estabeleciam seu domínio territorial e por meio da catequese e outras tecnologias controlavam o lado espanhol no Rio da Prata, atual Argentina, Paraguai e Uruguai.

As Missões Jesuíticas mostram como a toponímia Ibituruna/Bituruna está presente nos primeiros mapas dos Padres, que aos poucos foi sendo alterada. A fronteira do Brasil e Argentina com sua disputa territorial, é um dos motivos pelo qual mudavam a nomeação dos lugares com toponímias ligadas aos Jesuítas.

Outra mudança toponímica pode ser verificada quando se inserem, nas análises, os primeiros mapas da América do Prata, atentando para a designação atribuída à área objeto deste estudo. A denominação que apareceu nos primeiros mapas confeccionados pelos jesuítas com o nome de “Ibiturunas/Bituruna”, sendo posteriormente nomeada nos mapas do Império brasileiro como “Campos de Palmas”, o que indica que houve uma ressemantização por meio da qual os lusitanos almejavam condições para fixar o *uti possidetis* – estratégia que posteriormente foi aproveitada por Barão do Rio Branco, ao propor a alteração do nome da querela da Questão das Missões para Questão de Palmas. (MORAES, 2019, p. 7)

É muito provável que São Miguel do Ibituruna em Foz do Iguaçu e a Serra do Voturuna para além da toponímia, apresentam em comum alianças familiares. Os colonos brancos responsáveis pelo mercado e consumo da mão de obra escrava atuavam nos projetos mineralógicos da colônia. Laços familiares que garantiram a eles o poder local e a consolidação do domínio territorial por parte da coroa.

Morada dos Índios Kaingang e Xokrén, circulavam pela região desde meados do século XVI, alguns europeus que no litoral catarinense que buscavam as terras do atual Paraguai. Paulistas, a caminho das missões Jesuíticas dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, depois da destruição do complexo de missões do Guairá, também circularam o território (...) os bandeirantes, desde aquela época, designavam por “Ibituruna” todo o território entre o Iguaçu e o Uruguai, onde viviam os Kaingang, inimigos dos guarani. (GELLER 2006, p 48)

Nos mapas da Figura 1 assinalamos a campanha de apressamento liderada por Manuel Preto partindo da fronteira da Vila de Parnaíba até a antiga redução de São Miguel do Ibituruna no Guairá, após o ataque dos paulistas, parte dos Ibiturunas/Biturunas foram transferidos pelos jesuítas para o Tape (RS).

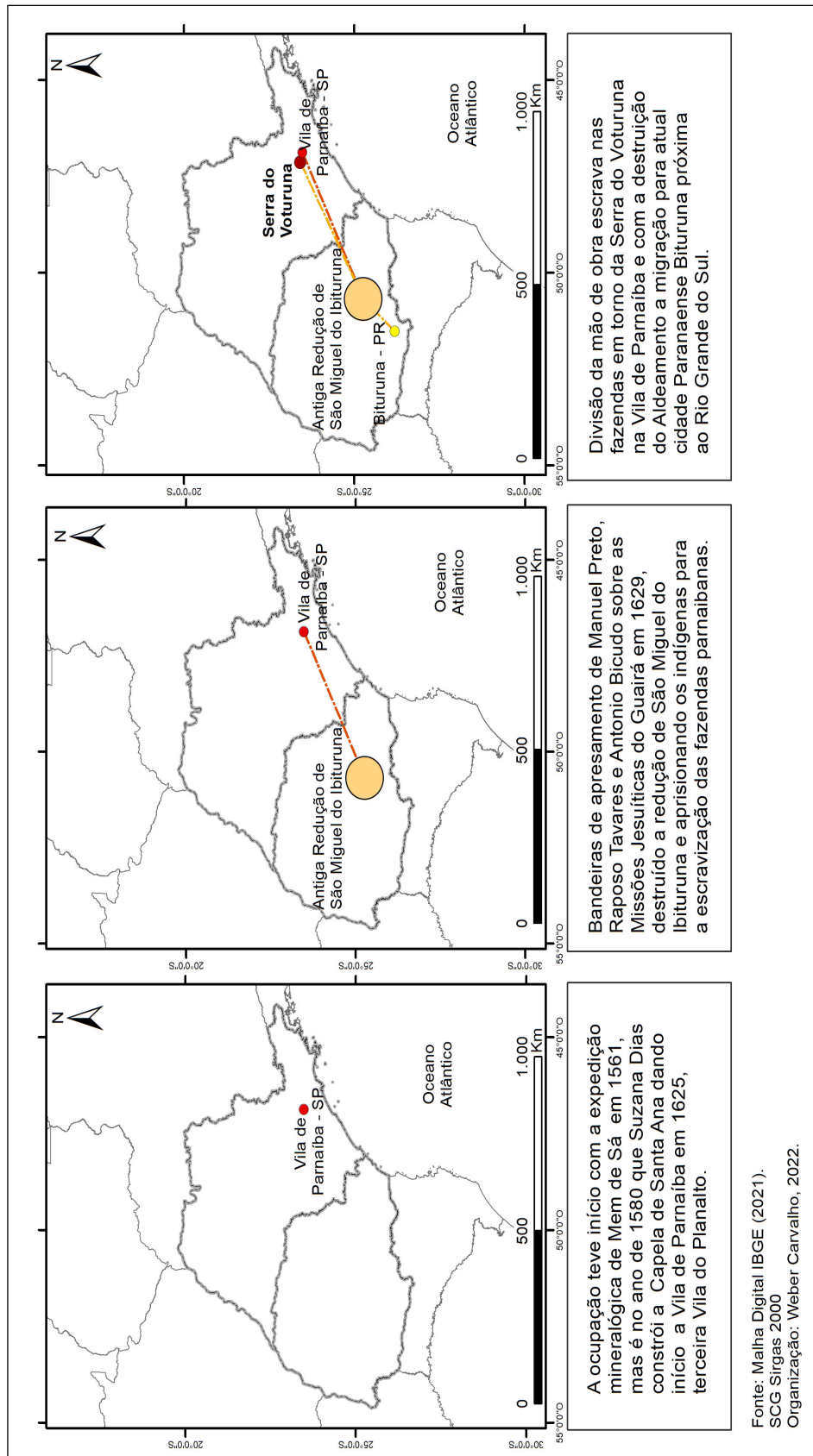
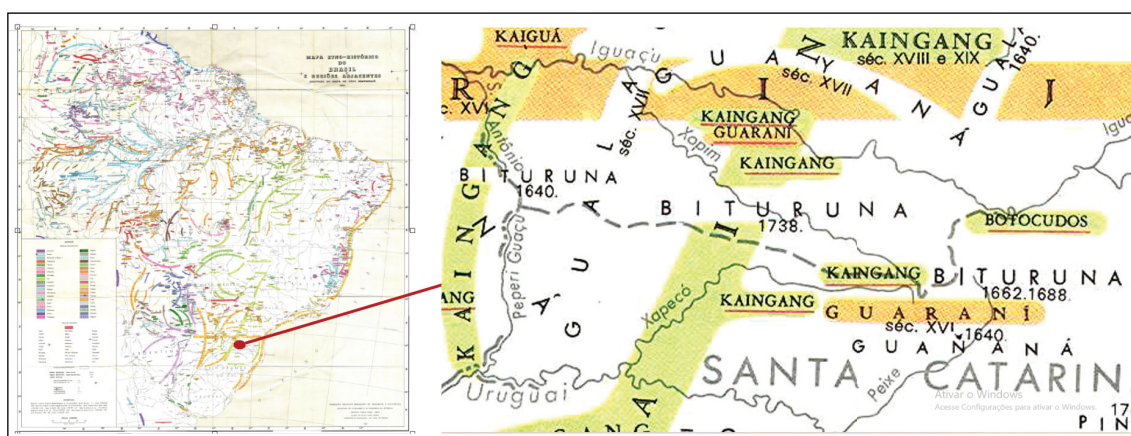


Figura 1. Migrações forçadas dos Ibiturunas/Biturunas.

Outra região onde os Ibiturunas/Biturunas são descritos como “os povos originários do Oeste Catarinense aparecendo como os Ancestrais dos Kaingang e Xokleng/Laklanõ” (D’ANDELIS, 1984, p. 07; BECKER, 1986, p. 40-44).

Na Arqueologia entre 1975 e 1983, o Projeto Itaipu, dirigido por Chmyz, classificou a cerâmica e artefatos como fase Bituruna, na pré história da colonização. “A área do eixo da barragem e do reservatório da usina de mesmo nome, cadastrando muitos sítios arqueológicos Bituruna, Umbu, Itararé-taquara, Tupiguarani e Neobrasileiro” (CHMYZ, 1983), sendo os Ibiturunas/Biturunas Paleoíndios que ocupavam o sul do Brasil e o nordeste da Argentina a 12.000 anos atrás. No Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju dos índios da América do Sul entre 1883-1945 ainda são descritos os Ibiturunas/Biturunas como um grupo extinto.



Fonte: IBGE (1981).

Figura 2. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju.

Os Ibiturunas/Biturunas são Caçadores-coletores dos planaltos referindo-se a grupos cuja economia estava baseada na caça e coleta generalizadas. Eram nômades e suas atividades de subsistência estavam voltadas aos recursos naturais da região, a falta deles implicava no deslocamento dos Ibiturunas/Biturunas para outras regiões.

São identificados pelos arqueólogos como pré-cerâmicas e seus vestígios sendo anterior as tradições arqueológicas Humaitá e Umbu. Por meio da arqueologia sabemos que os Ibiturunas/Biturunas viveram entre os Rios Paraná e Iguaçu.



Fonte: ERNOT (1632).

Figura 3. Grupos indígenas do Sul, no século XVII.

Os Ibiturunas nomeados pelos Jesuítas eram responsáveis em produzir lanças ao ocuparem essas regiões, construíram casas em cavernas e casas subterrâneas 3000 anos atrás, popularmente chamadas de casas ou buracos de bugre, geralmente feitas na costa do planalto, estruturas com paredes de pedra que possuem um espaço voltado ao fogo.

As tradições Umbu e Bituruna caracterizam-se por apresentar artefatos líticos elaborados geralmente sobre lascas, tendo como elemento diagnóstico as pontas de projétil foliáceas e pedunculadas, além de grande variedade de raspadores. Seu instrumental lítico sugere atividade em ambiente de vegetação mais rarefeita que a atual. Datações no Paraná situam o aparecimento de ambas, por volta de 8.000 AP. Até onde as pesquisas conseguiram determinar, essas duas Tradições estão associadas a levas populacionais distintas, sendo que a origem da Umbu parece estar relacionada à região Sudeste, Centro-oeste do Brasil, e da Bituruna, ao Sul da Patagônia, (UFRP, Guia de Arqueologia, 2015 p. 16)

A toponímia Ibituruna/Bituruna/Voturuna, todas as variações carregam a memória desse período colonial. Na antiga cidade Vila de Parnaíba o uso do indígena aldeado como mão de obra escrava, fazia prosperar as fazendas de Parnaíba, tornando-se modelo para as fazendas e futuras vilas que foram fundadas.

Essa Toponímia de modo geral é um vestígio hispânico presente na cartografia jesuítica. Ibituruna/Bituruna foi sendo modificada e aportuguesada, como parte de uma política que percebia os territórios controlados pelos jesuítas como um risco à América portuguesa.

Em virtude dessa incorporação, é perceptível que Portugal buscou empregar um sistema toponímico que registrasse efetivamente a sua ocupação no espaço, sobretudo quando se tratava de expansão, como é o caso da fronteira meridional situada no oeste. Como exemplo é possível mencionar a mudança na toponímia jesuítica das porções de terras situadas na América portuguesa, modificação

feita com o intuito de constituir uma imagem espacial associada à posse lusa e obscurecer os vínculos com as Missões Jesuíticas. A área que era identificada de Ibituruna pelos jesuítas, posteriormente foi designada como Campos de Palmas pelos lusitanos. Essa identificação luso-brasileira passou a ser empregada a partir do Oitocentos, e aparecia tanto em documentos oficiais como nas orientações para a “Expedição Real para Conquista dos Campos de Palmas” de 1808. (MORAES 2019, p.4)

Em Santana de Parnaíba, Ibituruna muda para Boturuna/Buturuna/Voturuna, nome atual da Serra. Toponímia de origem tupi, Ybytyra que traduzido é, elevação de terra, de onde nasceram as formas ibitú, bitú, butú, os nomes Ibituruna, Buturuna ou Voturuna, em comum com os limites e as fronteiras do poder Jesuítico e da sua relação com os povos descritos ontem como Biturunas/Ibituruna e atualmente como Kaingang/Xokleng/Laklânô. A serra é memória de um antigo ancestral dos povos originários. A toponímia Ibituruna utilizada para nomear serras está presente na cartografia Jesuítica se repetindo para nomear territórios administrados pelos padres da Santa Cruz.

A SERRA DO VOTURUNA E SANTANA DE PARNAÍBA

O início do povoamento, acontece motivado pela descoberta de ouro por Afonso Sardinha e Clemente Alvarez na Serra do Voturuna, e que mais tarde administrada por Geraldo Betting, alemão e minerador profissional que casou-se com Custódia Dias, filha de Suzana Dias, iniciou o empreendimento familiar de exploração mineral aurífera na região.

“Descendo o rio para baixo de S. Paulo, tocava-se primeiro no sítio de Nossa Senhora da Esperança com um aldeamento fundado por Manoel Preto, e que veio a ser depois a capela e povoação de Nossa Senhora da Expectação do Ó; deixava-se pouco mais abaixo, à esquerda, o sítio de Emboaçava, de Afonso Sardinha, e podia-se ir até as primeiras lavouras de Parnaíba se não preferisse desembarcar no porto de Carapicuíba, ou entrar pelo Geribatiba para ir visitar Pinheiros e mais além Ibirapuera no mesmo sítio em que ora está Santo Amaro”. (EIA-RIMA, 2010 p. 545)

Essa fase perdurou entre 1591 e 1602. “A exploração mineral era feita em bateia nos cursos d’Água, no Ibituruna e num local denominado de lavras” (Camargo,1971)¹ e trouxe certo desenvolvimento a Parnaíba estimulando um mercado que tinha como cliente a organização de entradas para o sertão.

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o “valor” desse lugar muda; e assim o “valor” de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condição de exercer uma função que outros lugares também muda, pois o lugar atingido fica em

condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares. (SANTOS, 2002, p. 66)

Estabelecendo novas fronteiras no interior paulista a oeste, atual Paraná, para onde partiram as principais bandeiras para as reduções jesuíticas.

A 23 de março Antônio Bicudo de Mendonça ocupava a aldeia de São Miguel de Ibituruna que encontrou deserta. Isto lhe causou enorme cólera, que o levou a emitir “espumajos por la boca”. Três dias antes outra coluna da tropa de Preto, comandada por Manuel Mourato, apossara-se de Jesus Maria fazendo enorme cópia de cativos. Só homens válidos, mais de 1.500. (TAUNAY, 1924 p. 45)

Liderados por Manuel Preto e Raposo Tavares, partem em 8 de agosto de 1629 e chegam próximo ao rio Tibagi, retornando para a Vila de Parnaíba com Ibiturunas escravizados parte deles, seriam pagamentos de dívidas contraídas por empréstimos para o Capitão Guilherme Pompeu de Almeida o pai do banqueiro do sertão, o Padre Guilherme Pompeu de Almeida.

O padre Dr. Guilherme Pompéu de Almeida (1656 - 1713) cujo fausto deslumbrou o Brasil de seu tempo e aos delegados régios a ponto de Artur de Sá propô-lo para primeiro ocupante plausível do sôlio episcopal a ser criado em São Paulo. Viveu como fazendeiro magnata, em suas casas e fazendas de Parnaíba, Araçariguama e Itu, fazendo celebrar estrondosas festas religiosas, hospedando centenas de convidados extasiados com a visão de sua prataria, de suas alfaias religiosas e seculares. Despachava às minas grandes comboios de gado e mercadorias, vendidos com enormes lucros. Recebia ouro de numerosos parentes e amigos, de quem era o comissário, pois mantinha correspondentes nas grandes praças do Brasil e do Reino. (TAUNAY, 1924 p.245)

O padre operava como um financiador e banqueiro, essa autonomia acabou criando uma corrida ao sertão em busca de mão de obra escrava, a fazenda do padre e as de seus parentes acabariam por criar um território de exceção⁴ onde a escravização indígena era proibida oficialmente pelo Papa, mas que na forma de administrados pelos colonos, podiam ser repassados como herança, essa forma de escravidão indígena estimulou os apressamentos na região do Guairá.

Guayanás que tienen despobladas los portugueses cautivas sus familias. La otra por el rio Anhemby, que corre por San Pablo, Pernaíba y Itúasú y tomando puerto, entrando en, el Paraná, en el mismo real que ahora hicieron, en treinta dias marchar por tierra rompiendo mbntes de los caminos antiguos que usaba la comunicaci3n de aque.Zlas doctrinas con la Ciudad Real de Guayrá. Y dando la vuelta por el proprio camino, proseguir su retirada, por Los mismos montes y camino que ahora abrieron y sigue~ al Brasil que empiesan de las labores que hicieron y le concluyen en dos meses de tiempo, segun relaci3n de d. Juan Monjelos, Tiesta salir á unos campos y de ellos, en quarenta dias, á la villa de Sorocaba, capitania de San Vicen. te. Y la tercera, bajando por el referido Anhemby y el Paraná, y tomando puerto á los quarenta dias, en el salto que llaman de Guayrá, marchar por la costa, dejando en el sus canoas (KLOSTER, 1942 p. 11)

O caminho até as Aldeias Jesuíticas no Iguaçú já era conhecido pelos bandeirantes parnaibanos e também utilizado para a conexão entre os espanhóis dos dois lados da fronteira, apontando para uma conexão com o litoral e o mercado do atlântico.

No interior o ano de 1640 foi marcado por sérias disputas pelos Carijós e Guaianás que viviam aldeados nas margens do Rio Tietê, disputados pelos colonos nas guerras justas e ao final os aldeamentos são anexados a vila de Parnaíba, passando a esses a administração física e espiritual dessa elite formada de indígenas e colonos espanhóis.

As condições da guerra justa. Procurando evitar qualquer interferência dos jesuítas, o capitão-mor havia conclamado a participação do vigário de São Vicente como representante eclesiástico, conferindo assim maior legitimidade à resolução. Nesta estabeleceu-se a condição de que os cativos tomados na guerra seriam divididos entre as três vilas, sendo as câmaras municipais encarregadas de sua partilha entre os colonos “ para eles os doutrinarem e lhe darem bom tratamento como a gentio forro e se ajudarem deles em seu serviço no que for lícito...”.(MONTEIRO 1994 p. 53)

Anos mais tarde os Jesuítas retornam a capitania e mesmo perdendo boa parte de seu patrimônio, treze anos depois receberam parte do antigo território, entre essas a área que compreende a Serra do Voturuna, conhecida por suas minas em Araçariguama.

A expansão da força de trabalho, estimulada por d. Francisco de Sousa na década inicial do século xvii, foi um outro elemento decisivo para a lavoura paulista. Contudo, ao defender os princípios da liberdade indígena, o autor do plano buscava ressuscitar o velho projeto dos aldeamentos. Os índios trazidos do sertão seriam colocados num aldeamento pertencente à Coroa, prestando serviços remunerados para os colonos e para o Estado. Foi com este intuito que o mesmo d. Francisco patrocinou o estabelecimento do aldeamento de Barueri, situado a

oeste da vila de São Paulo, relativamente próximo às recém-descobertas minas de Jaraguá e Voturuna. Inicialmente, ao que parece, concedeu-se aos jesuítas a incumbência de administrar os sacramentos aos residentes, predominantemente Carijó e Guaianá, reservando-se à Coroa o controle sobre a distribuição da mão-de-obra. Mas estas estipulações nunca foram claramente delimitadas e, por conseguinte, Barueri tornou-se objeto de conflito permanente entre interesses particulares, municipais, eclesiásticos e da Coroa. (MONTEIRO 1994 p. 103)

Essa mobilidade característica foi aproveitada pelos colonos, as práticas indígenas são modificadas e a catequese dos jesuítas permitirá o controle espiritual desses indígenas, reunidos em aldeias divididas entre a igreja e suas pequenas casas, contavam com as oficinas de ofícios onde eram feitos os utensílios utilizados na produção agrícola.

A família Fernandes, constituída de descendentes dos primeiros povoadores brancos do planalto, controlava os negócios do trigo na vila de Parnaíba, enquanto os Pires, Bueno e Camargo dominavam diferentes bairros rurais situados ao norte da vila de São Paulo. A correlação entre produção de trigo, posse de cativos índios e concentração de riqueza torna-se mais evidente nas listas do donativo real, compostas nos anos de 1679 a 1682, que indicam a riqueza desigual destas famílias no conjunto da população rural. No termo de São Paulo, dentre os 10% de moradores mais ricos, metade pertencia às famílias Bueno e Camargo. (MONTEIRO 1994 p. 121)

A importância da Vila de Parnaíba está no modelo que se expandiu para outras vilas e parte de uma rede familiar responsável pelos novos núcleos urbanos-rurais⁵. A família de Suzana Dias com suas alianças indígenas estabeleceram os modelos de casamento incorporando os indígenas como parte da sua família que se naturalizaria na América Portuguesa.

A vila de Santa Ana da Parnaíba foi fundada pelo paulista André Fernandes, que por si e seus irmãos tinha estabelecido este sítio em povoação com capela da invocação da mesma gloriosa Santa da fundação de seus pais, que depois veio a servir de matriz. Esta povoação foi ereta em vila no ano de 1525 por provisão do Conde de Monsanto, que estava donatário da Capitania de S. Vicente. Tem minas de ouro de lavagem chamadas de Voturuna, em cuja terra as descobriu no ano de 1597 o paulista Afonso Sardinha, como fica referido; e o rio Tietê também tem ouro desde o lugar da vila para baixo até muito além do morro de Aputerebu; e como a sua extração é pelo meio de água, tem cessado o labor pelo detrimento e despesa da manobra, e se empregam os mineiros na extração por terra do ouro que chamam guapeára. Tem um mosteiro de monges de S. Bento com lugar de presidente, um tabelião do judicial e notas, que também serve de escrivão da Câmara, e um de órfãos, e ambos servem por donativo que anualmente pagam. (TAUNAY 2004 p. 128)

A vida indígena se transformava rapidamente, desde o primeiro contato com os colonizadores no litoral. A inserção dos colonos brancos e a mão de obra escrava negra se desdobraram por futuras gerações. As diferenças entre pobres e ricos, geravam tumultos e confusões que rapidamente são identificados como parte rebelde da população indígena e negra.

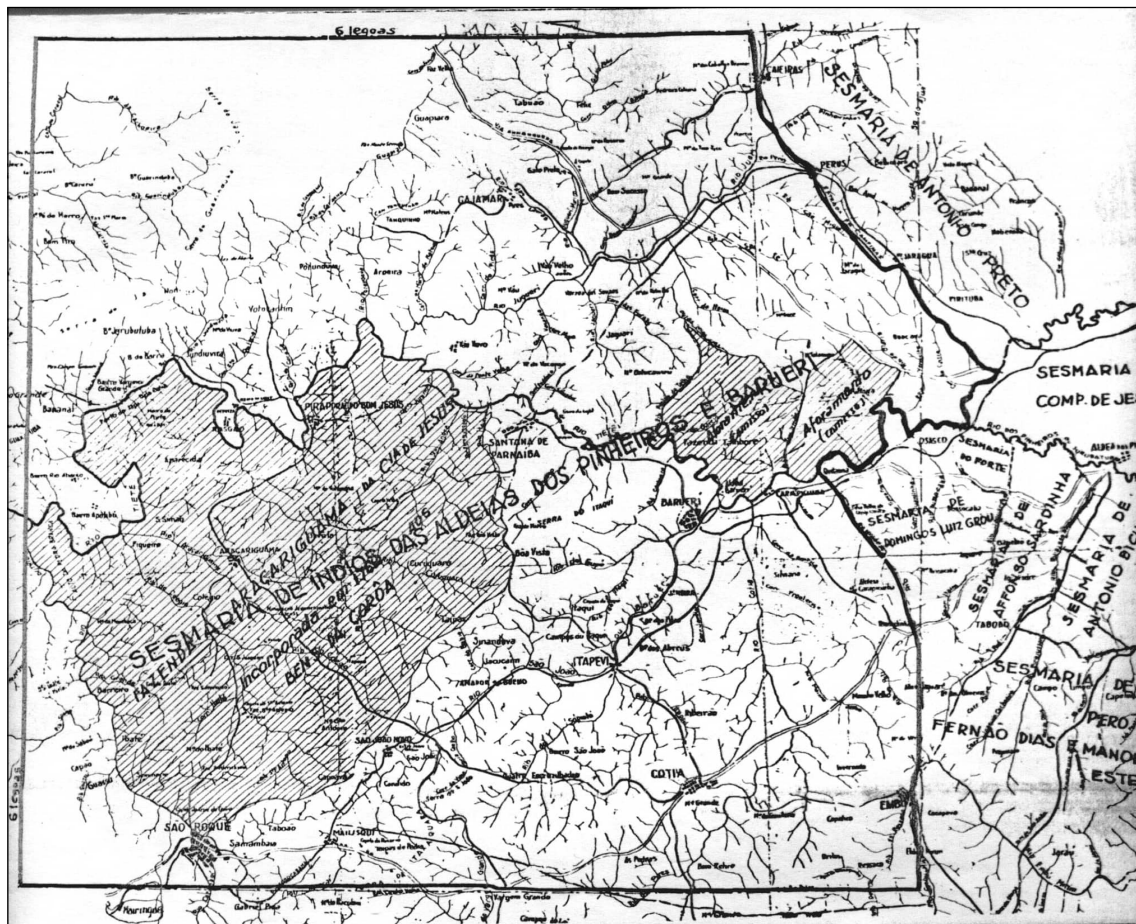
Já em 1623, a Câmara Municipal de São Paulo dedicou uma sessão para discutir “o gentio que nesta vila fazem bailes de noite e de dia porquanto nos ditos bailes sucedia muitos pecados mortais e insolências contra o serviço de Deus e do bem comum em cometerem fugidas e levantamentos e outras cousas que não declaravam por não serem decentes”. Em 1685, a Câmara afixou uma ordem proibindo a venda de aguardente aos índios na Semana Santa “para evitar alguns danos e desaforos que os tais obram nos tais dias”. Finalmente, mais para o fim do período da escravidão indígena, os camaristas editaram uma postura que infligia castigos corporais aos “rapazes carijós e negros” que tumultuavam as procissões religiosas com um comportamento travesso. (MONTEIRO 1994 p. 175)

Esses rapazes carijós e negros presentes nas procissões religiosas, também foram acusados nos roubos do gado e nos assaltos praticados na vila. Distante da coroa, as vilas do interior por meio de suas câmaras e conselhos emitiam proibição de circulação e adoção de cadeias. O controle da Vila de Parnaíba pela família Fernandes aconteceu com o apresamento indígena criando uma centralidade conectada com outros lugares por onde circulavam pessoas e mercadorias.

A forma de vida na Vila Colonial transformou o cotidiano indígena e do início aldeado com os Jesuítas ao indígena encapelado com a família colonial, o casamento e as festas religiosas é por onde indígenas sem aldeia reconstruíam suas antigas práticas interagindo com os negros que chegavam da África e que incorporavam seus ritos costurados com a fé católica e o trabalho escravo realizado por originários e negros nas fazendas.

SERRA, CAPELAS E FESTAS

O município de Santana de Parnaíba está dentro da região metropolitana de São Paulo e preserva em seus patrimônios uma história que remonta o passado colonial brasileiro, trata-se de um conjunto de patrimônios localizados na área rural da cidade, composto por: paisagens, capelas, saberes e fazeres, em comum entre eles a paisagem da Serra do Boturuna.



Fonte: João Barcelos (2018).

Figura 4. Sesmaria de Índios das Aldeias dos Pinheiros e Barueri .

O patrimônio natural Serra do Voturuna com seu relevo e recursos hídricos, pertenceu a Companhia de Jesus e forneceu ferramentas e condições para a produção do trigo, contou com a mão de obra escrava indígena dos aldeamentos de Barueri e Guairá, demonstrando grande fluxo de pessoas e mercadorias.

Os índios trazidos do sertão seriam colocados num aldeamento pertencente à Coroa, prestando serviços remunerados para os colonos e para o Estado. Foi com este intuito que o mesmo d. Francisco patrocinou o estabelecimento do aldeamento de Barueri, situado a oeste da vila de São Paulo, relativamente próximo às recém-descobertas minas de Jaraguá e Voturuna. Inicialmente, ao que parece, concedeu-se aos jesuítas a incumbência de administrar os sacramentos aos residentes, predominantemente Carijó e Guaianá, reservando-se à Coroa o controle sobre a distribuição da mão-de-obra. Mas estas estipulações nunca foram claramente delimitadas e, por conseguinte, Barueri tornou-se objeto de conflito permanente entre interesses particulares, municipais, eclesiásticos e da Coroa. (MONTEIRO, 1994 p. 103)

Na fazenda Ibituruna foi construída entre 1650 a 1653 a Capela Nossa Senhora da Conceição do Ibituruna que em 1941 é tombada pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional. A capela é a mais antiga da Serra, pouco visitada e administrada por Marcos Mello Barreto, neto de Fausto Barreto, que foi quem procurou o antigo SPHAN e solicitou a análise técnica da humilde capela. Sendo ela o primeiro patrimônio do Município.

A arquitetura dos jesuítas no Brasil exemplares do gênero existentes no país. São eles os dois retábulos das capelas já referidas de N. Sra. da Conceição, de Voturuna e de Santo Antônio, esta no Município de São Roque, inventariadas ambas pelo Sr. Mario de Andrade para o SPHAN, desde 1937. (COSTA, 1945 p. 159)

A capela e seu retábulo são considerados por Lúcio Costa (arquiteto, responsável pelo estudo de tombamento) como a primeira obra de arte brasileira. A presença de frutas tropicais como o abacaxi e o cajú no retábulo da Capela, demonstram que os construtores eram artesãos indígenas e negros, e por dar nome a capela e a serra podemos deduzir que os artesãos tinham parentescos com os biturunas ou então eram os Biturunas parte de uma família muito importante. Capazes de nomear Serras e Santas.

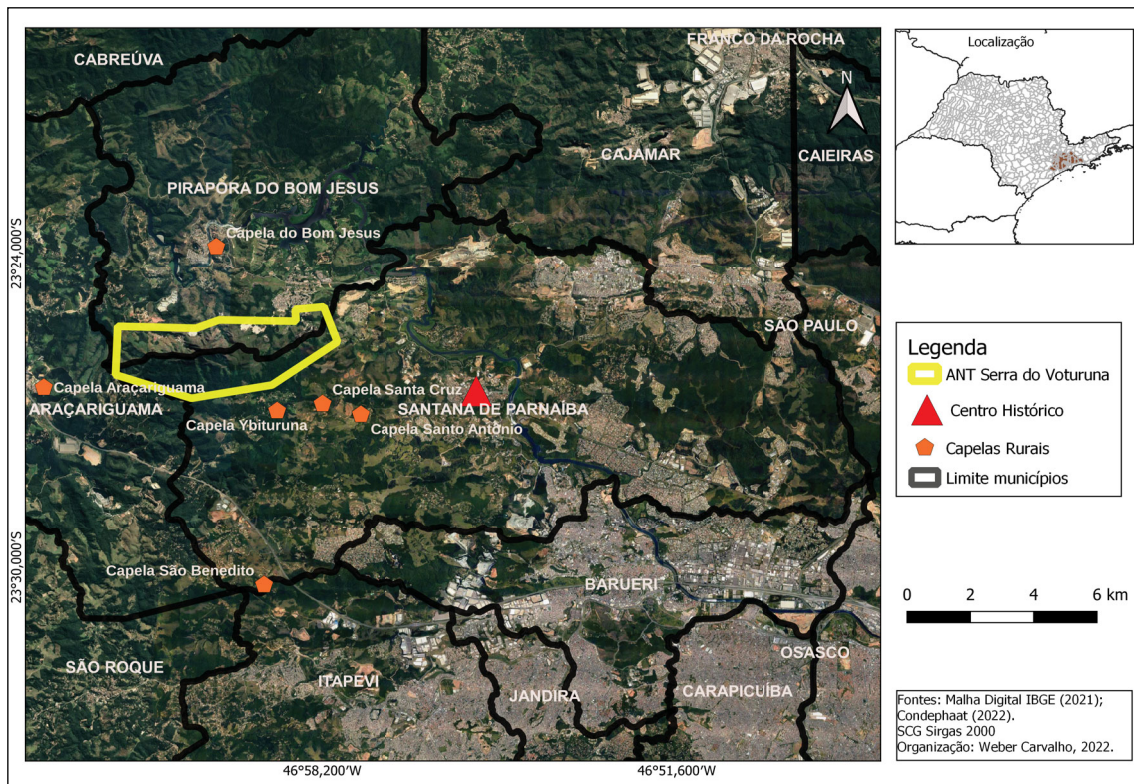


Figura 5. Capelas e Patrimônios em volta da Serra do Boturuna.

No mapa da Figura 5 podemos observar algumas das capelas que cercam a Serra do Voturuna. Ainda que essas outras capelas sejam mais novas quando comparadas com a Capela Nossa Senhora da Conceição do Ibituruna e não possuem na construção ou no retábulo o reconhecimento dado pelo IPHAN, muitas delas resguardam o patrimônio imaterial. Essas Capelas recebem os cuidados dessas famílias formadas no período colonial e que penduraram junto com seus costumes.

Os familiares das capelas de São Benedito e Santa Cruz possuem certo grau de parentesco, enquanto que a Capela de Santo Antônio tem como zeladora a Dona Dita casada com o Zé Maria zelador da Capela Nossa Senhora da Conceição do Ibituruna, função também exercida no passado por seus pais. A antiga capela do Bom Jesus se tornou a atual matriz de Pirapora do Bom Jesus e em Araçariguama foram construídas inúmeras capelas históricas, entre essas a capela da Mina que remonta os vestígios do ouro.

Complementando a abertura oferecida pelo crescimento do mercado do litoral, um segundo impulso para o desenvolvimento econômico do planalto teve como origem a iniciativa da própria Coroa portuguesa, representada na pessoa de d. Francisco de Sousa. Conforme vimos no capítulo anterior, d. Francisco e seu séquito de mineiros práticos da Europa buscaram implantar um modelo integrado de atividades mineradoras, agrícolas e de manufatura. Apesar dos esforços em explorar as minas de Voturuna e Jaraguá e das experiências com as primeiras fábricas de ferro, foi na esfera agrícola que o projeto de d. Francisco vingou de forma mais elaborada, embora não exatamente do modo esperado. Um dos objetivos explícitos era a transformação de São Paulo no “celeiro do Brasil”, onde fazendas de trigo, organizadas no modelo da hacienda hispanoamericana, abasteceriam as minas e cidades. (MONTEIRO, 1994 p. 122)

Essas Capelas acabam formando um cinturão de proteção da serra. A serra do Voturuna é a serra das capelas, onde o passado colonial é parte das terras do Padre Guilherme Pompeu de Almeida. O Padre é pouco conhecido entre os moradores e foi Emanuel quem chamou atenção para a importância da história do Padre para a Vila. Proprietário da Pousada 1896, localizada no centro histórico da cidade, ele tem uma história parecida com a de muitos que chegam e rapidamente absorvem toda história do município de Santana de Parnaíba, ele nos contou sobre o Padre.

Quando você vinha navegando o Rio Tietê, tirava o barco da água, descia a cachoeira e dava na casa da dona da terra (Suzana Dias), e a dona da terra ficava sabendo, lógico, que você queria entrar, e te orientava para falar com o Padre Guilherme Pompeu de Almeida e assim você falava seu plano e ele falava te dou tudo que você precisa para entrar, nós fazemos a relação de tudo que eu te dou, e se você voltar você me devolva tudo que eu estou emprestando e me dá metade de tudo que você trouxe. (CARVALHO, 2020. 1 arquivo.mp3 - 45 min.)

A relação das pessoas com o a história da cidade acontece de diferentes maneiras, alguns moradores encontram nessa relação com os patrimônios o seu elo com a cidade, que proporciona um acervo de patrimônios materiais, imateriais e naturais de notável relevância à história da formação do território brasileiro.

Outro patrimônio é o Samba de Bumbo, em fase de registro pelo IPHAN, manifestação negra de origem bantu encontrou nas antigas capelas chefiadas pelos indígenas encapelados às condições para os primeiros casamentos entre negros e mulheres indígenas, seus aquilombamentos e toda cosmovisão indígena e bantu são características das famílias que se originariam no período colonial na Vila de Parnaíba, que ao longo do tempo vai sendo atravessada pelo aumento do fluxo da migração do colono europeu e o tráfico negreiro durante todo sec. XVI, XVII e XVIII.

Das fazendas de café até sua abolição em 1888, foram 388 anos de escravidão com 200 anos de Estado-Nação⁶. A data 13 de Maio que marca o fim da escravidão negra é celebrada na capela de São Benedito pelas famílias do Cururuquara, como dia de louvor ao santo dos pretos. A capela de São Benedito é fundamental para o Samba de Bumbo do Cururuquara sua tradição familiar e seu aquilombamento formado por indígenas e negros remontam a resistência desses grupos escravizados no período colonial.

Dos aldeamentos jesuítos aos indígenas encapelados, os diferentes atravessamentos de escravos e colonos acabou produzindo diferentes territórios e multiterritorialidades⁷. Os casamentos entre os indígenas e colonos no modelo cristão dos aldeamentos já desconfigurava o modo de vida indígena nesse período colonial, as capelas realizariam casamentos entre escravos indígenas, denominados como Carijós e com escravos da África. O Padre Guilherme Pompeu de Almeida em seu inventário aponta a presença de negros escravizados. Sendo por meio da instituição do casamento e da família cristã que indígenas administrados e negros da África mantiveram antigos ritos. As famílias indígenas e negras em volta da Serra do Voturuna, compartilham de um passado que está presente nas capelas, no Samba de Bumbo e na sua paisagem⁸.

A obra barroca encomendada pelos jesuítas e construída por indígenas e negros, a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Ibituruna, foi um dos únicos exemplares do início da arquitetura brasileira. Seu tombamento foi realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. E neste caso o que chama atenção é o nome atribuído, já que no registro o nome Ibituruna é suprimido do tombamento, desconsiderando seu nome original.

O CONDEPHAAT também realizou o tombamento, mas com o nome Nossa Senhora da Conceição do Boturuna ou do Voturuna como consta no Livro do Tombo Histórico (Nº inscr. 146, pg. 26, 29/05/1981).

Mário de Andrade observa que o retábulo da capela de Voturuna é da mesma época que o de Santo Antônio, ambos originais e com alta qualidade artística. Embora tenham sido pautados em modelos maneiristas dos jesuítas, apresentam elementos originais. O de Voturuna, por exemplo, representa elementos nativos, como os

cajus, que sugerem a participação indígena. Para Jorge Caldeira, revela influência de artistas indígenas andinos da região de Chuquisaca, precisamente de Vila Rica do Espírito Santo, trazidos provavelmente por agentes do pai do padre Pompeu, que fazia negócios com a prata de Potosi (CALDEIRA, 2006, p. 321).

Essas capelas permitiram que indígenas e negros permanecessem ligados as fazendas, o que garantiria a liberdade do serviço da Coroa, dando condições a formação de família ligadas a elas, garantindo o mínimo de estabilidade territorial. Com a ocupação de Minas Gerais, muitos desses familiares escravizados migrariam ao lado de seus antigos senhores ou parentes, o fluxo constante garantia que essas famílias formadas por carijós e negros escravizados criassem uma rede de solidariedade com outras fazendas ligadas ainda no período colonial.

A possibilidade de empregar mão de obra servil criou, desde as fases iniciais do apressamento, um fermento de diferenciação que se iria acentuando, não apenas pela superioridade econômica dos donos de escravos, como pela formação, na estrutura demográfica, de um elemento relativamente desqualificado socialmente antigo escravo, ou descendente de escravo. A combinação de ambos os traços permitem entender a difusão do tipo social do fazendeiro, proprietários de terras lavradas pelo servo indígena, mas tarde pelo negro, comandando certa quantidade de agregados dependentes do seu favor. (CANDIDO, 2010, p. 94).

Esquecidas essas capelas, estiveram sob administração dessas famílias e muitas se encontram à beira da Estrada Ecoturística do Suru, antes aberta aos viajantes, hoje reservada apenas a familiares, os roubos nas capelas foram episódios lembrados pelos moradores quando perguntamos em entrevista sobre as capelas em volta da serra.

Ai andou um roubo de igrejas, ai roubaram o Adão e Eva de la da nossa Senhora da Conceição [Ibituruna], roubaram as coisas que eram de ouros da igreja São José, que é essa igreja abandonada no engenho, as coisas de missa ali era tudinho de ouro, levaram tudo embora e roubaram a imagem de Santo Antônio, essa imagem é tão pesada, que precisou de 4 homens para carregar ela, ela não é barro. (CARVALHO, 2020. 1 arquivo.mp3 - 120 min.)

Dita, é filha de encapelado e fala sobre a lembrança que tem do roubo da capela de Santo Antônio do Suru, mesmo pequena se lembra de como o episódio a assustou, o que provocou o fechamento de outras capelas para visitação.

Minha mãe já tomava conta da capela Santo Antônio, ela que cuidava lá, né, ai tinha um padre vestido de preto, mas minha mãe não sabia o que significava, achava que eles vieram ver a capela, rezar, mas ai minha mãe nem foi lá, ai

quando eles foram embora a igreja tava arrombada a porta, eles pegaram o santo e levaram, mas minha mãe nem imaginou que fosse ladrão, tava vestido de padre. (Carvalho. 2020. 1 arquivo.mp3 - 20 min.).

As capelas estão no imaginário dos moradores da região, seja na lembrança dos roubos ou das festas, com sua Reza Cabocla, Congada, São Gonçalo, e Samba de Bumbo. Seu Zé Maria, fala do tio Zé Branco que disse que o levaria para conhecer as capelas do alto da Serra do Voturuna, após o falecimento do tio, foi a sogra quem contou sobre essas capelas que ficavam no alto do morro. Segundo Zé Maria ele conheceu o local onde havia uma capela destruída que assim como as outras teve suas imagens furtadas.

Chegou um certo tempo eles roubaram a santa, alguém levou a santa embora e a capela foi destruída, ai eu falei, pois eu vou achar, sai um domingo aqui, né, porque eu não gosto de andar no mato, longe assim, sabe eu pedi para as 13 almas benditas que me guiasse, que Jesus me guiasse até lá, porque eu queria ver, pois eu cheguei lá eu andei parece que uns 20 metros assim, já encontrei onde tinha sido a capela pedaços de louça, pedaço de tijolo onde a turma arma a barraca, pra quem quiser ver. (Carvalho. 2022. 1 arquivo .mp3 - 70 min.).

Atualmente as capelas recebem cada vez menos visitas, nota-se a diminuição do catolicismo entre os moradores, ao mesmo tempo que aumentam as igrejas evangélicas nos bairros onde ficam a Serra do Voturuna. No Cururuquara onde fica a Capela de São Benedito, as famílias originárias deixaram o bairro após inúmeros litígios quanto à posse das terras, o relato de Seu Carmelino e Dona Luíza nos chamam atenção quanto à formação das primeiras famílias do Cururuquara.

Carmelino - Eu vou contar uma história para você, parece mentira, mas é verdade.

A Luíza é bisneta do senhor.

A vó dela é bem branca, a bisavó dela era tipo índia, uma mulher bem clara...

Luíza - Essa minha bisavó branca, ela é filha de índio.

Carmelino - É. E a vó da Luíza, que era filha dela, era filha de senhor, tinha foto até pouco tempo aí, é que o marido dela era bem pretinho, e a mãe da Luíza era quase da cor dela assim.

Luíza - Morena escura.

Carmelino - Ela era branca, mas ele era bem escurinho.

Luíza - Então eles também se misturavam, né? [...] olha a minha avó, minha avó era bem clara e o pai dela era bem pretinho, porque minha avó, ela é filha de sinhô, a minha avó é filha de sinhô, então ela é bem branca igual ao pai. [...]

Carmelino - Meu avô, a primeira mulher dele, eu não cheguei a ver isso daí, mas contaram para mim e tinha uma tia minha que eu conheci muito ela, era

bem escurinha, e depois a outra não era nem preta nem branca, era a tia do Ditinho que foi prefeito aqui. [...]

Juliana - Então chegou lá no Cururuquara o Senhor Leandro?

Carmelino - É, ele é o primeiro que veio. [...]

Luiza - João Novaes era o meu bisavô, pai da vó branca.

(YADE. 2015, p. 109-110)

Nessa Capela a família de Dona Luíza é uma das mais antigas e responsáveis em manter viva a festa de São Benedito e o Samba de Bumbo, manifestação bantu que possivelmente teve origem das festas e ritos realizadas em Capelas de indígenas “encapelados” (KOK,2011). A manifestação e as capelas possuem forte relação, assim como no outro relato que nos mostra a devoção desses indígenas e o catolicismo na origem do Samba de Bumbo, João do Pasto conta ao Manzanti (2004) que atribuí ao relato à origem mitológica do Samba de Bumbo em Pirapora.

João – [...] quem fez os barracão foi os escravo, os bugre, como falam. Esse Samba começô aqui que diz. Aqui em Pirapora foi achado o Bom Jesus no Rio. Que eu sei assim. Acharo o Bom Jesus e foi feito uma capelinha pro Bom Jesus. Não uma igreja. Uma capelinha. Então os índio, aqui pra dentro de Parnaíba... que tinha uma tribo de índio que morava aí pra dentro de Parnaíba, onde é o Cururuquara, onde ‘tá a igrejinha lá, aí já moravam. O índio era encampado. Souberam que o Bom Jesus... que era um Cristo que ‘tava aqui, que era um Jesus que ‘tava aqui, então, procuraro vim. Fazia o Samba, tocá aqui. Vinha arrodíá o santo, porque achava... sabia pela boca do povo que era o Cristo que tinha aparecido aqui em Pirapora. Como de fato o Bom Jesus ‘tá aí. Começo dois índio a vim com os instrumentinho deles, batê. Daí que começô o Samba. Daí que começaro bolá negócio dos instrumento, que formô o Samba. O Samba de muitos lugar foi formado por isso. Tem o repentista. Essas coisa que vinham cantá também, né? Mas, o que eu sei foi uns índio, uns bugre que vinha arrodíá o Bom Jesus que começo esses tipo de dança aqui. Do Samba, né? O Samba daqui. Por isso que o Samba veio da raiz. O Samba de Pirapora. Que o nosso Samba nasceu aqui em Pirapora por causa disso daí. Esse povo... tinha a toca da bugra. Inda tem as casinha. Inda há pouco morava bugre ali. Morô bugre. Então, tinha nome a toca da bugra. (MANZATTI, 2006, p. 198)

A presença indígena e negra nessas capelas, estava na devoção e na temperada que era servida após as rezas, sempre regada de um samba rural. Diante do duro contexto escravocrata, nesses momentos se estabeleciam relações solidárias entre indígenas e negros escravizados, percurso pelo qual se desenvolveu trocas simbólicas e de parentesco entre indígenas e negros no Samba de Bumbo.

Os africanos, além de desterritorializados, perdiam o próprio nome e sobrenome: Leandro tem o sobrenome do seu proprietário Manoel de Oliveira. Leandro Manoel de Olivera se casou no final do século XIX, e seus filhos chegaram até alguns sambadores do Cururuquara na atualidade. Parnaíba é um espaço colonial que vai fazer a transição de escravizados índios para escravizados africanos. (BENEDITO. 2010, p. 38)

As festas, famílias e capelas relatam o longo período de ocupação e atividades na Serra do Voturuna, o que mostra como é antiga a ação antrópica que ocorreu e ocorre neste lugar. Desta forma podemos ver como os letígios de terra em torno da fundação da Vila de Parnaíba permanecem como desafios para as capelas e na proteção da Serra do Voturuna.

Apesar disso tudo, os espaços da Serra propriamente dita, não pertencem a ninguém, devendo ser preservadas para todo o sempre como um componente integrado da natureza tropical do Planalto Atlântico Paulista. (CONDEPHAAT 22328/ 82, 1983, p. 23)

Na área tombada existe um certo equilíbrio que permite que o solo se recupere, “o refúgio forçado da natureza” segundo Aziz Ab’Sáber no documento de tombamento do morro. Responsável pelo estudo, ele destaca o papel da paisagem que teima em resistir como testemunha da memória do uso e ocupação do espaço. A solicitação para o tombamento da Serra do Voturuna foi realizada por moradores do Condomínio Voturuna em 1985, alegando preocupações com as mineradoras e com o aparecimento de loteamentos irregulares.

A ocupação da área acontece sem fiscalização e remonta longos e antigos conflitos de terra pelas diferentes áreas da Serra. Em 2022 foi alterada por meio de uma REVISÃO PARCIAL a Lei de Zoneamento de Santana de Parnaíba, criando ZEIS- Zona de Especial Interesse Social em parte da Área de Proteção Ambiental do Voturuna. Com a alteração do zoneamento e segundo a Associação Instituto Sufrutoverdeus estima se com isso o aumento populacional estimulado pela urbanização que descaracteriza a paisagem. Sem contar que as alterações preveem uma infraestrutura urbana em uma região Rural. Compreender a Serra com suas capelas, famílias e festas é perceber uma conexão onde a paisagem conecta cada um dos patrimônios materiais e imateriais ao natural.

As capelas representam marcos de terra sob posse de famílias tradicionais, muitas delas são famílias de casamento entre colonos e indígenas, outras de casamentos entre indígenas e negros. Essas diferentes famílias conviviam em torno da Serra do Voturuna e tinham nas capelas as fronteiras de seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar o pertencimento e o conhecimento da população local acerca dos patrimônios, mostrando ser um potencial para educação patrimonial e uma vocação

para o município de Santana de Parnaíba. A preservação dessa história passa por uma análise crítica que existe entre os moradores, mas que de acordo com os documentos de tombamentos e registros dos patrimônios analisados ficaram às margens na proposição e indicações para salvaguarda desses patrimônios, assim como a história indígena foi silenciada esses moradores também não foram ouvidos.

Destaca-se o fato da preservação desses patrimônios passar pela relação com a paisagem da Serra, compreendê-los integrados e como parte de uma totalidade onde o patrimônio natural/material/imaterial nos ajuda a contar a história dos lugares.

A Serra possui o papel de unir todos esses patrimônios da antiga Vila de Parnaíba, hoje é fronteira entre as cidades de Pirapora do Bom Jesus, Araçariçuama e Santana de Parnaíba, condição que dificulta uma política ambiental entre os três municípios, tornando frágeis as medidas de proteção estabelecidas pelo tombamento da Serra do Voturuna pelo CONDEPHAAT 1984. Mesmo que parte da Serra em Santana de Parnaíba seja chamada de “Morro Negro” pela presença de Mata Atlântica, ao lado de Pirapora do Bom Jesus a Serra é o “Morro Branco”, o nome é referente a mineração que desconfigurou totalmente essa parte da serra.

O mesmo acontece com os patrimônios dos municípios, quando não os analisamos em conjunto e como resultado do período colonial, corremos o risco de desconfigurar e silenciar narrativas indígenas e negras utilizando fronteiras inexistentes que constituem o que é o território do povo brasileiro.

A Serra é uma área de interesse histórico e com descobertas recentes de cerâmicas indígenas às margens do rio Tietê no Bairro do Cristal Parque, assim como os fornos, moinho de trigo e capelas de pedra são indícios e vestígios dessa história indígena e negra na região da Serra do Voturuna. Cabe aos órgãos responsáveis reconhecer a área como um sítio arqueológico e desenvolver uma série de estudos na região que certamente jogará luzes na história colonial brasileira.

Como já discutido no início deste artigo, a Serra do Voturuna é um patrimônio natural que em decorrência de sua formação geológica e sua localização geográfica teve um papel econômico fundamental na formação territorial da cidade de Santana de Parnaíba. O sistema colonial foi introduzido pelos europeus e fundamentou as relações políticas e econômicas entre portugueses, indígenas e negros, embora houvesse resistência por parte dos povos indígenas e negros submetidos à condição de escravos, os mesmos quando não estavam sob essa condição ocupavam posições sociais que os atribuíam alguns privilégios pelo qual se reproduzia a lógica do colonialismo.

Discutir essas contradições não invisibiliza o reconhecimento histórico das práticas de resistência e emancipação desses povos contra o sistema colonial, no entanto é de suma importância visto que enquanto corpos mercadorias eram essenciais ao funcionamento do sistema colonial e acumulação de capital das metrópoles europeias.

Antes de ser apropriada para fins econômicos de exploração mineral, a Serra do Voturuna era território dos povos originários nômades que ali habitavam por um período no movimento de migrações, e passou também a ser território de povos negros escravizados que fugiam das fazendas e fundavam assentamentos quilombolas, ou que

após a instituição da lei de abolição da escravidão instituída em 13 de Maio de 1888 arrendavam terras. Isto significa que para além de sua importância geológica, a serra quando apropriada por esses povos passa a ter um valor simbólico fundamental para a história de resistência e luta pela emancipação.

O mito da democracia racial e o racismo denegado como bem conceitua Lélia Gonzales, impera sob as relações raciais construídas na América Latina, isto é, a negação do racismo enquanto uma ferramenta sistematizada e estruturante das relações sociais, políticas e econômicas nos países que passaram pelo processo de colonização, enquanto sistema sustentador dos privilégios da branquitude, é agente responsável por manter a invisibilidade dos valores dos povos não brancos.

Lélia Gonzales através da categoria “América”, que muito se assemelha a discussão do psicanalista martinicano Frantz Fanon sobre os sintomas da colonização na subjetividade dos sujeitos colonizados, discute a centralidade de desmascarar o racismo estrutural que impera nas relações socioespaciais desde a colonização.

Considerando o processo de migrações indígenas e da diáspora africana durante o período colonial que levou a formação do que compreendemos como Brasil, o conceito de “América” que Lélia Gonzales inseriu em suas reflexões sobre as relações raciais no Brasil, nos sugere criticamente a refletir que desconsiderar as contribuições materiais e imateriais dos indígenas e negros na formação socioespacial é fazer uma análise anacrônica e racista da história do Brasil.

A Serra possui um acervo rico em contos e histórias que permitem refletir sobre o racismo, os relatos do imaginário popular e das quadrinhas de Samba de Bumbo que nos mostram isso.

Toda essa educação patrimonial não é trabalhada com os moradores, e a ausência de ações por parte dos órgãos responsáveis pela conservação é justificada pela falta de planejamento, controle e fiscalização, motivo pelo qual o número de vendas de terrenos sem escritura tem aumentado.

Em 2022 provocada pela promotoria pública, a prefeitura, notificou a demolição de imóveis construídos sem alvará, sensibilizados com os moradores “infratores” a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Município propôs um zoneamento parcial do entorno da área preservada pelo tombamento da Serra, classificando essas áreas como Áreas de Interesse Social, medida que nada melhora a conservação da Serra, pelo contrário aumenta o risco da urbanização, uma das principais ameaças à ANT Serra do Voturuna.

Contudo, as medidas de proteção e salvaguarda são paliativas frente ao desenvolvimento urbano e a falta de uma educação patrimonial/decolonial. É necessária a analogia entre os patrimônios material/imaterial/natural, para compreensão da sua totalidade, onde o conjunto de patrimônios contam a história dos lugares.

NOTAS

4 Trata-se, contudo, nos “territórios de exceção”, de uma espécie de última tentativa de controle das “populações” (enquanto “vida nua”), que de certa forma já nasce fracassada, pelo simples fato de transformar a exceção em regra e expandi-la a ponto de confundir “estado de direito” e “estado de natureza”. Essas novas formas de (des)territorialização são sempre ambivalentes e, como tais, não possuem mais a eficácia de outrora. Os mecanismos de “confinamento” ou de “reclusão” territorial, marcas das sociedades disciplinares, tornam-se agora meras simulações de reclusão, e isto não só pelo fracasso das instituições disciplinares (vide o caso emblemático do nosso sistema prisional) mas pelo próprio fato de que o “campo” enquanto espaço de exceção subverte as noções de dentro e fora, pautado no princípio da “exclusão por inclusão”. (HAESBAERT, 2007, p. 13)

5 Os estudos urbano-rurais latinoamericanos, por exemplo, devem avançar, com urgência, rumo a superação das dicotomias conceituais e analíticas ou dos estigmas epistemológicos e dos métodos, agregando capacidades criativas, saberes territorializados, poderes grupais e a emergência de alternativas construídas ou suscetíveis de serem avivadas desde dentro e desde baixo. (COSTA, 2020. p.113/nossa tradução)

6 O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. Portugal nos traz disto um exemplo frisante que para nós é quase doméstico. Até fins do séc. XIV, e desde a constituição da monarquia, a história portuguesa se define pela formação de uma nova nação européia e articula-se na evolução geral da civilização do Ocidente de que faz parte, no plano da luta que teve de sustentar, para se constituir, contra a invasão árabe que ameaçou num certo momento todo o continente e sua civilização. No alvorecer do séc. XV, a história portuguesa muda de rumo. Integrado nas fronteiras geográficas naturais que seriam definitivamente as suas, constituído territorialmente o Reino, Portugal se vai transformar num país marítimo; desliga-se, por assim dizer, do Brasil Contemporâneo para dizer, do continente e volta-se para o Oceano que se abria para o outro lado; não tardará, com suas empresas e conquistas no ultramar, em se tornar uma grande potência colonial. (JUNIOR, 1968 p. 20)

7 O mito da desterritorialização é o mito dos que imanavam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Território, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é focado aqui numa perspectiva geografia, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio(político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. (HAESBAERT, 2004 p.9)

8 Para Cosgrove (1987, apud Correa, 2011) a paisagem é “um modo de ver” que possibilita um mundo de significados, levando em consideração as transformações sociais, econômica, política e artística, pois todas estas paisagens são dotadas de significados

distintos, pois são criadas por distintos grupos sociais. A primeira exhibe o poder da classe dominante, constituindo-se em marca identitária. As outras derivam de grupos sociais emergentes e anunciam o futuro de grupos sociais originários do passado, em decadência, ou associam-se a grupos excluídos. (CORRÊA, 2011 p.6)

REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, A. N. Parecer Técnico Para o Tombamento da Serra do Boturuna. In: **Estudo do Tombamento da Serra do Boturuna (habitualmente chamada de Voturuna) em Santana de Parnaíba**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1982.
- ANDRADE, M. **Cartas de trabalho** – Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). (Introdução e Notas: Lélia Coelho Frota). MEC.SPHAN. Pró-Memória.1981.
- BARCELOS, João. **Araçariguama-do Ouro ao Aço-2** edição com revisão e ampliação EDICON Araçariguama. 2018.
- BARTHOLL, T. **Por uma geografia em movimento: A ciência como ferramenta de luta** - Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- BENEDITO, D. **O Samba de Bumbo de Santana de Parnaíba/SP e a Educação na perspectiva Decolonial**. Desertação de mestrado, Campinas 2020
- BOSI, A. A Arqueologia do Estado-Providência. In: **Dialética da Colonização**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- CALDEIRA, J. **O banqueiro do sertão: Padre Guilherme Pompeu de Almeida**. São Paulo: Mameluco, 2006.
- CAMARGO, MONS. P. F. da S. **História de Santana de Parnaíba**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- CANDIDO. A. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Ouro sobre azul**, Rio de Janeiro, 11 Edição. 2010.
- CHMYZ, I.; CHMYZ, J.C.G.; BROCHIER, L.L. **Relatório de levantamento dos bens arqueológicos associados às ruínas de Ciudad Real del Guayrá**. Curitiba, março de 1999.
- CHMYZ, I.; CHMYZ, J.C.G.; BROCHIER, L.L. **Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri**. Dédalo, São Paulo, n.13, p.7-36, 1971.
- CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo. **Estudo do Tombamento da Serra do Boturuna (habitualmente chamada de Voturuna) em Santana de Parnaíba**. (Processo n. 22328/82). São Paulo: CONDEPHAAT, 1982.
- COSTA, Lúcio. Arquitetura Jesuítica no Brasil. In: **Revista do SPHAN**. Nº 5. MES. Rio de Janeiro. 1945.
- DETONI, S. F. (2011). Evolução do uso do solo e da cobertura vegetal na região da Serra do Boturuna, Estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, 20, 51-61. USP. <https://doi.org/10.7154/RDG.2010.0020.0004>.
- EIA-RIMA. **Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental linha-17-**

- ouro-ligação do aeroporto de Congonhas á Rede Metroferroviaria.** 2010.
- GELLER, Odair Eduardo. **O contestato entre Santa Catarina e o Paraná:** uma questão de limite territorial dos limites da nação, dissertação de mestrado Passo fundo 2006.
- UFPR. **Guia para Professores:** O Museu Visita a Escola. volume 1. Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR 2015.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82. Disponível em <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>>.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade - Rio de Janeiro :v Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Índios e mamelucos na expansão paulista. **Anais do Museu Paulista**, tomo XIII, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado , 1949b.
- KOK, G. **O sertão itinerante.** Expedições da Capitania de São Paulo no Século VIII, Ed. HUCITEC, SP, 2004.
- KOK, G. Presença indígena nas capelas da capitania de São Vicente (século XVII). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 45, 2011. DOI: 10.22456/1982-6524.19732. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/19732>>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- KLOSTER W; SOMMER, F. **Ulrico Schmidl no Brasil quinhentista.** 1942.
- LEME, P. História da capitania de São Vicente. Pedro Taques de Almeida Pais Leme. Com um esboço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay. **Edições do Senado Federal** – Vol. 25. 2004.
- PARELLADA, Claudia Inês. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista Memorare**, UNISUL, 2013, v.1, n.1, p.24-42.
- MANZATTI, M. **Samba paulista, do centro cafeeiro à periferia do centro: estudo sobre o samba de bumbo ou samba rural paulista.** 2006. 377 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MONTEIRO, M. John. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São. Paulo. Companhia das Letras,. 1994. Bibliografia.
- MORAES, Cristiana. Terra Brasilis: Indefinição limítrofe e estratégias territoriais nos confins da bacia Platina. **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online]2019.
- NOVAIS, Fernando. Prefácio a Jaime Cortesão ou “Encontro marcado”. In: CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundap, 2012.
- PARELLADA, Claudia Inês. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista Memorare**, UNISUL, 2013, v.1, n.1, p.24-42
- PETRONE, P. - **ALDEAMENTOS PAULISTAS.** EDUSP. 1995
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2000. A produção do novo e do velho na historiografia, (2000).
- PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. In: Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes:

- Clássicos sobre a revolução brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, (2000).
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SALGADO, Plínio. **A voz do oeste.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 1996. - 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, nº 54, 1977.
- TAUNAY, Afonso de. **História geral das bandeiras paulistas.** 1ª edição. São Paulo: Typ. Ideal, 1924.
- TEMPSKY, Edwino Donato, 1913- **Caingangues: gente do mato.** 18 edição. Curitiba, imprensa oficial. 1986.
- YADE, Juliana de Souza Mavoungou. **Vozes e territorialidades no pós-abolição: histórias de famílias e resistência identitária – O caso do Cururuquara.** 2015. 252f. – Tese Doutorado, Fortaleza (CE), 2015.

ENTREVISTAS EM ÁUDIO/VÍDEO

- COSTA, Benedita da Fonseca. Entrevista. [jan. 2020]. Entrevistador: Weber Rodrigo de Carvalho. Santana de Parnaíba, 2020. 1 arquivo.mp3 (25 min.).
- COSTA, José Gertrude da Maria, Fulana de. Entrevista. [jan. 2020]. Entrevistador: Weber Rodrigo de Carvalho. Santana de Parnaíba, 2020. 1 arquivo .mp3 (60 min.).
- BARBOSA, Emanuel França Barbora. Entrevista [Abr.2020]. Entrevistador: Weber Rodrigo de Carvalho. Santana de Parnaíba, 2020. 1 arquivo.mp3 e vídeo (85 min.).
- ROSÁRIO, Emaculada do nascimento. Entrevista.[Fev. 2020]. Entrevistador: Weber Rodrigo de Carvalho. Santana de Parnaíba, 2020. 1 arquivo.mp3 e vídeo (90 min.).